



EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RETROCESSOS NO CONTEXTO DO GOVERNO FEDERAL ENTRE 2016 A 2018

SILVA, Mirelly Karlla da¹
MARQUES, Yasmin Santos²
FUMES, Neiza de Lourdes Frederico³

Grupo de Trabalho (GT): GT 9 - Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência.

RESUMO

O estudo aborda as tensões políticas e as ameaças de retrocessos legislativos que impactaram as políticas públicas de Educação Especial e Educação Inclusiva entre 2016 a 2018. Esse período foi marcado por um cenário político, no Brasil, caracterizado pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e ascensão de Michel Temer à presidência. O objetivo geral foi analisar as propostas legislativas voltadas à Educação Especial e Educação Inclusiva no Governo Federal, no período de 2016 a 2018. Utilizou-se a abordagem qualitativa por meio de uma Pesquisa Bibliográfica acerca das pesquisas e documentos versados nesta temática. Os resultados indicaram que os interesses do governo ilegítimo foram voltados ao mercado. Nesse contexto, a Educação Especial sofreu tentativas de desmonte. Entretanto, com as mobilizações sociais, a “reforma” com viés segregacionista da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva não avançou, devido à mobilização da sociedade civil.

Palavras-chave: Retrocessos. Segregação. Educação Especial. Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Em 2016, o Brasil atravessou um cenário de turbulência institucional que incitou e efetivou o golpe parlamentar, que precipitou o *impeachment* de Dilma Rousseff da presidência. Nesse contexto, o Brasil foi “tomado de assalto” pelo grupo político que perdeu as eleições em 2014. Por conseguinte, com o novo governo foram implantadas reformas caracterizadas pela perda de direitos sociais (Alves; Assis, 2020).

Sob essa ótica de regressão, a Educação Especial também enfrentou tentativas de desmonte e retrocesso. O olhar negacionista do governo direcionou sua atenção à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), aprovada em 2008, alegando que esta precisava ser revista após 10 anos. Esta se configura como um marco histórico para todas as instituições, profissionais e famílias que lutaram por inclusão escolar para os alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Entretanto, muitos desses avanços foram ameaçados com propostas legislativas voltadas à segregação educacional das pessoas com deficiência.

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: mirelly.silva@cedu.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: yasmin.marques@cedu.ufal.br.

³ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: neiza.fumes@cedu.ufal.br.





Contudo, sem conseguir intervir diretamente na PNEEPEI de 2008, o governo Temer sancionou outras reformas educacionais que impactaram o processo de inclusão escolar de inúmeros estudantes PAEE na rede regular de ensino. Diante desses pontos, surgiu a questão norteadora deste artigo: quais as propostas legislativas federais concernentes à Educação Especial e Inclusiva que tramitaram ou foram promulgadas no Brasil entre 2016 a 2018? Com o propósito de compreender as propostas legislativas acerca da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, serão delineados os objetivos deste estudo na sessão a seguir.

OBJETIVOS

Diante do período político complexo, no qual pode-se observar ensaios para uma nova condução do processo de inclusão escolar dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial, por meio de tentativas de reformulações na Política de Educação Especial no país, esta pesquisa buscou analisar os retrocessos nas políticas de Educação Especial e Educação Inclusiva no contexto do Governo Federal, tomando-se como recorte histórico o período entre 2016 a 2018. Ainda mais, em específico, compreender como as novas legislações educacionais implantadas pelo governo federal, durante o mandato de Michel Temer, impactaram a escolarização dos alunos do Público-Alvo da Educação Especial. Apresentaremos esses contextos no transcorrer desta pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a ascensão de Michel Temer à presidência, ocorreram mudanças na estrutura governamental e nas políticas públicas. Na área da Educação Especial, iniciaram-se movimentos para reformular a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008. No entanto, as reformulações foram compreendidas como retrocesso político, uma vez que abriam precedentes para a volta da segregação dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), o que caminha contra os princípios que norteiam a PNEEPEI de 2008, que legitima o acesso e permanência dos alunos do PAEE no ensino regular (Brasil, 2008). Posto isto, a minuta da atualização não foi publicada pela União.





Entretanto, foram implantadas outras reformas, dentre as mais impactantes estão: o Novo Ensino Médio (NEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo Paoli *et al.* (2022), a BNCC foi moldada à formação do desenvolvimento hegemônico, sem considerar as especificidades dos alunos PAEE. Para uma perspectiva diversa, pode-se inferir que os profissionais da educação não devem se orientar exclusivamente pelo documento em função das ausências assinaladas. Sendo assim, o trabalho pedagógico precisa colocar em tela discussões e práticas que contemplem a inclusão das pessoas com deficiência com vias à emancipação humana.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo utilizou uma metodologia de natureza qualitativa, a fim de compreender os contextos que permeiam a questão estudada (Gil, 2002). Com isso, por meio de uma Pesquisa Bibliográfica, foi possível realizar o levantamento de diferentes pesquisas para que, a partir das discussões delas, desenvolvam-se novas contribuições para a temática estudada.

O método empregado para a análise dos dados foi a discussão teórica, devido a essa análise alinhar-se com os objetivos pretendidos por este estudo. Além disso, esse método de análise permite a mediação entre as pesquisas analisadas e o referencial teórico (Gil, 2002). Deste modo, seguindo esses procedimentos, os resultados desta pesquisa trouxeram considerações significativas para a compreensão dos retrocessos vividos no Brasil durante o Governo Temer. Essas considerações foram contextualizadas nas discussões a seguir.

RESULTADOS

Ao examinar as tensões políticas entre 2016 a 2018, que comprometeram as políticas públicas de educação especial e educação inclusiva no Brasil, foi perceptível que esse período se caracterizou por uma significativa instabilidade política, decorrente do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e da subsequente ascensão de seu vice, Michel Temer. Visto que, anteriormente, Dilma Rousseff havia sido eleita como sucessora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.





Durante os governos de Lula e Dilma, o Brasil vivenciou avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Houve um aumento considerável nas matrículas dos alunos PAEE nas classes comuns, a exemplo do ano de 2007 onde, conforme o censo escolar (Brasil, 2014), foram realizadas 306.136 matrículas nas classes especiais e 348.470 nas classes comuns, no entanto, em 2013 as matrículas nas classes especiais caíram para 194.421 e nas classes comuns foram processadas 648.921 matrículas.

Durante esse período, legislações, planos e políticas importantes foram implementados: o Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Plano Viver Sem Limite, foram fundamentais para o progresso da inclusão escolar dos estudantes com deficiência na escola regular.

Entretanto, no governo Temer, foram iniciadas reformas políticas contrárias às conquistas alcançadas. Em 2017, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), sob a nova gestão, divulgou diversos editais para seleção de consultores especialistas, financiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o intuito de subsidiar estudos para atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial e, principalmente da PNEEPEI de 2008 (Rocha; Mendes; Lacerda, 2021; Brasil, 2008).

Seguindo esse viés, Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) enfatizam que, em 2018, foram realizadas reuniões, nas quais a tese central versava sobre reformulações na PNEEPEI. Nas ocasiões, fizeram-se presentes representantes do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, entre outros. Contudo, é mister salientar que a proposta política apresentada fomentou discussões, principalmente no meio acadêmico.

Em meio à controvérsia, em 2018, foi realizada uma consulta pública sobre o projeto “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida”. No entanto, a participação foi baixa, pois os dados do Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais mostraram que apenas 8.329 pessoas no Brasil acessaram o projeto (UFAL, 2018).

Cabe pontuar que a nova política buscava retomar a oferta de vagas exclusivas em instituições, escolas ou classes especiais para pessoas com deficiência. Dificultando a





convivência e interação entre os alunos da rede regular de ensino, contrariando e divergindo dos documentos baseados na Educação Inclusiva. Nesse sentido, tendo como exemplo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que abraçam a inclusão destes estudantes no ensino regular (Brasil, 2008; Rosa; Lima, 2018; Barbosa, 2024). Com isso, embora um relatório tenha sido produzido naquele ano, o governo federal não publicou a proposta, motivado principalmente pela mobilização da sociedade civil. Assim, mesmo sem alterar a PNEEPEI, outras reformas, como o Novo Ensino Médio, foram implementadas e afetaram o processo de inclusão educacional dos alunos PAEE.

Pereira (2024), ao realizar uma análise minuciosa da proposta do Novo Ensino Médio (NEM), constatou que a Lei 13.415/2017 não faz menção à Educação Especial ou a qualquer outra expressão que se alinhe a uma perspectiva de educação inclusiva para o Novo Ensino Médio. Com base nessa constatação, percebe-se que o governo não demonstrou interesse em priorizar essa pauta, especialmente se interligarmos esse descaso com a tentativa de reformulação da PNEEPEI.

Além disso, ao direcionarmos um olhar sob o Novo Ensino Médio, a lógica da reformulação é permitir que os estudantes escolham seus itinerários formativos. No entanto, é fundamental destacar que nem todas as escolas oferecerão todos os itinerários formativos (Silva, 2024). Desse modo, o Novo Ensino Médio não considera as interseccionalidades dos estudantes da rede pública de ensino, em especial os alunos PAEE. Pois, ainda que estes almejem fazer as escolhas dos itinerários, serão compelidos a optar apenas pelo disponível nas instituições que estudam, mesmo que isso não se alinhe às suas aspirações acadêmicas.

Outro aspecto a ser analisado é a BNCC, que foi criada em 2017. Embora esse documento normativo seja uma política fundamental, sua versão final excluiu tópicos cruciais de discussão, como questões de gênero e outros assuntos essenciais que promovem o respeito à diversidade. Nesse sentido, Pereira (2024) constatou a desatenção à Educação Especial na formulação da BNCC, considerando que a supracitada foi mencionada apenas duas vezes em um documento extenso como este. Cabe salientar que os trechos citados são fragmentos generalistas que não se direcionam especificamente a esta modalidade de ensino, mas de forma ampla, a todas as modalidades estabelecidas na





Lei n.º 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996). Assim, pode-se afirmar que a falta de aprofundamento sobre a Educação Especial pela BNCC corrobora para que o seu público-alvo se torne ainda mais invisibilizado, uma vez que não existe orientação por parte do principal documento que irá nortear a construção dos referenciais curriculares de todo o país (Paoli *et al.*, 2022; Pereira, 2024).

Por fim, evidencia-se que o governo Temer, estimulado pelos interesses mercantis e empresariais, não demonstrou interesse em fomentar políticas de inclusão escolar. Pelo contrário, a intenção clara era reformular ou destituir leis voltadas ao acesso e permanência dos alunos PAEE. Ademais, esse governo não conseguiu ir à frente com a alteração da referida política, mas a tentativa foi um sinal de que a ameaça aos direitos já conquistados seria contínua durante todo o transcorrer do governo ilegítimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir as análises bibliográficas, constata-se que os interesses do governo Temer eram voltados aos do mercado, e a educação foi vista como mais um negócio, no qual o investimento estatal deveria ser mínimo. A cultura meritocrática e excludente fez-se presente em todo o governo e, nesse contexto, a Educação Especial sofreu tentativas de desestruturação e retrocesso com a volta das escolas especiais e da educação segregada.

No mais, esse recorte histórico salienta a premissa de que, mesmo com políticas estruturadas com base na luta social, os governos enviesados pela direita, com objetivos mercantis, ao alcançarem postos de poder, sempre terão como meta realizar reformas e contrarreformas para atender aos interesses financeiros delegados pela política neoliberal. A par destes fatos, pode-se compreender que a luta por um país com equidade deve permanecer constante.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amone Inácia; ASSIS, Lúcia Maria de. As pesquisas realizadas sobre o Programa Bolsa Família no período de 2015 a 2017. In: MORAES, Karine Nunes de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; ALVES, Amone Inácia. (Orgs). Desigualdade social e pobreza: múltiplas faces frente à educação. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. P.104-126.

BARBOSA, A. V. P. Considerações sobre a(s) tentativa(s) de desmonte da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2016-2022). **DAS AMAZÔNIAS**, Rio Branco –Acre, v. 7, n. 1, p. 60-72, jan./jun. 2024.





BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica – 2013**. Brasília, DF: Inep, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e217170, 2019.

PAOLI, *et al.* Cadê a inclusão das pessoas com deficiência na BNCC? A exclusão comeu! **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.36, p. 1-26, 2023.

PEREIRA, Francisco Edson. Novo ensino médio e o esquecimento da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Vol. 17. N. 2. Mai/Ago, 2024.

ROCHA, L. R. M. da; MENDES, E. G.; LACERDA, C. B. F. de. Políticas de Educação Especial em disputa: uma análise do Decreto Nº 10.502/202. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2117585, p. 1-18, 2021.

ROSA, J. G. L. da; LIMA, L. L. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270026, 2022.

SILVA, Givanildo da. **As políticas educacionais para a educação infantil no contexto do governo federal (1996-2018)**. Goiânia: Phillos Academy, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Relatório Descritivo das Contribuições da Consulta Pública Sobre a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida – PNEE-2018**. Maceió, 2018.

